



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

Keila da Silva Bachot

**RELATÓRIO DE PROJETO EXPERIMENTAL**  
**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: O OUTRO LADO DA**  
**MOEDA**

Maceió, Alagoas  
2020

KEILA DA SILVA BACHOT

**RELATÓRIO DE PROJETO EXPERIMENTAL**  
**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: O OUTRO LADO DA**  
**MOEDA**

Trabalho apresentado ao  
Curso de Comunicação Social  
da Universidade Federal de Alagoas,  
como parte da nota para obtenção  
do título de bacharel em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Júlio Arantes Azevedo

Maceió, Alagoas  
2020

KEILA DA SILVA BACHOT

**RELATÓRIO DE PROJETO EXPERIMENTAL**  
**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: O OUTRO LADO DA**  
**MOEDA**

Trabalho apresentado ao  
Curso de Comunicação Social  
da Universidade Federal de Alagoas,  
como parte da nota para obtenção  
do título de bacharel em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Júlio Arantes Azevedo

Aprovado em \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Júlio Arantes Azevedo  
Orientador

---

Professora Janayna da Silva Ávila  
1º Examinador

---

Professor Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho  
2º Examinador

## DEDICATÓRIA

É com grande estima e amor ao meu querido pai, Antônio Cícero Bachot Júnior, que dedico toda minha trajetória na vida acadêmica, tal como a conclusão da minha formação no curso de Jornalismo. A ele se deve todo meu respeito e estímulo para não desistir e nem desanimar.

A minha mãe, Ana Maria Ferreira da Silva Bachot, que trago em meu coração e em minha memória, tendo a certeza que do céu ela acompanhou todas minhas conquistas e dificuldades durante meus anos de estudo. Dela também é o mérito para eu não ter desistido dessa caminhada.

A eles dedico todos meus sonhos e toda minha vida. Foi pela educação e formação humana que eles me deram que o tão sonhado diploma se tornou possível para mim.

A todos os idosos, em especial os que fizeram parte deste trabalho. Desejo que o amor e a empatia cheguem a cada um deles.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, autor da vida e de todos os meus sonhos. Com Ele grandes coisas foram e são realizadas em mim.

A Jesus, por seu amor e misericórdia sempre abundantes em minha vida.

A Virgem Maria, minha intercessora fiel. Sei que em todos os dias “de Ufal”, ela olhou por mim.

Ao meu anjo da guarda, por sua proteção e companhia.

A Janine e toda sua família, que me acolheram em sua residência de forma amorosa, quando precisei sair do interior para ir a capital realizar meu sonho da graduação.

Aos meus irmãos, Flávio, Vagner e Cláudia, por sempre torcerem por mim.

Ao professor Júlio Arantes, por ter aceitado o desafio de me orientar.

Ao professor Aloísio Nunes, seu jeito acolhedor e carinhoso de ensinar encheu meu coração de alegria e entusiasmo. (in memoriam)

Ao meu amigo Tomaz, que me ajudou e me estimulou em todo meu trabalho de conclusão de curso.

Ao cinegrafista Edvaldo, que de prontidão aceitou fazer as filmagens para que meu trabalho fosse possível.

Aos lares de idosos e a todos que aceitaram contribuir na produção do meu trabalho.

Aos meus amigos, que sempre estiverem ao meu lado e acreditaram em mim.

*Com carinho, meu muito obrigada a todos.*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a apresentação das instituições de longa permanência para idosos como necessárias e com uma atuação de suma importância dentro da sociedade. Esse assunto foi aprofundado e apresentado ao público, através do documentário **“Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda”**, que buscou de forma objetiva e segura, comprovar que essas instituições, em sua grande maioria, assumem o papel da família, garantindo a pessoa idosa o que lhe é assegurado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, do Estatuto do Idoso. O documentário aqui citado ganha vida através dos depoimentos de idosos institucionalizados e fontes ligadas ao tema, como profissionais da área da saúde e diretoras de ILPIs, proporcionando ao espectador a compreensão mais exata sobre como o funcionamento das instituições de longa permanência pode gerar uma vida mais segura e tranquila a pessoa idosa. É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, zelar, proteger, assistir e garantir uma vida digna para todos os idosos. Quando a pessoa idosa, morando sozinha ou com a família, tem esses direitos violados ou perdendo sua capacidade motora, põe em risco sua própria segurança, ela encontra nessas ILPIs a chance de ter uma qualidade de vida muito melhor. As instituições de longa permanência para idosos merecem e precisam de apoio, tanto do governo, quanto da sociedade. Um idoso institucionalizado precisa ser visto como um idoso que está tendo seus direitos garantidos. E são exatamente esses aspectos que a produção de todo o documentário **“Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda”**, busca transmitir.

Palavras-chave: Instituição de longa permanência, idoso, velhice, abandono.

## ABSTRACT

This work aims to present long-stay institutions for the elderly as necessary and with an extremely important role within society. This subject was deepened and presented to the public, through the documentary "**Long stay institution for the elderly: the other side of the coin**", which objectively and safely sought to prove that these institutions, for the most part, take on the role of the family, guaranteeing the elderly person what is guaranteed by Law No. 10,741, of October 1, 2003, of the Elderly Statute. The documentary cited here comes to life through the testimonies of institutionalized elderly and sources related to the theme, as health professionals and directors of Ilpis, providing the viewer with a more accurate understanding of how the functioning of long-stay institutions can generate a safer and more peaceful life for the elderly. It is the duty of the family, the community, society and the Government to watch over, protect, assist and guarantee a dignified life for all elderly people. When the elderly person, living alone or with their family, has these rights violated or loses their motor skills, putting their own safety at risk, they find in these LSIEs the chance to have a much better quality of life. Long-stay institutions for the elderly deserve and need support from both the government and society. An institutionalized elderly person needs to be seen as an elderly person who is having their rights guaranteed. And it is exactly these aspects that the production of the entire documentary "**Long-term care institution for the elderly: the other side of the coin**", seeks to convey.

Keywords: Institution of long stay, elderly, old age, abandonment.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Tipos de documentários .....	21
TABELA 2 – Tipos de entrevistas .....	29
TABELA 3 – Decupagem do documentário .....	32



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
<b>3. REFLEXÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Envelhecimento no Brasil .....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 Instituição de Longa Permanência .....</b>	<b>15</b>
<b>4. DOCUMENTÁRIO .....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 O que é documentário .....</b>	<b>19</b>
<b>5. PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO .....</b>	<b>23</b>
<b>5.1 Motivação e Linha editorial .....</b>	<b>23</b>
<b>5.2 Público-alvo .....</b>	<b>24</b>
<b>5.3 Produção Jornalística .....</b>	<b>26</b>
<b>5.4 Diário de Bordo .....</b>	<b>37</b>
<b>5.5 Conteúdo .....</b>	<b>38</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nos programas jornalísticos exibidos na televisão brasileira, as notícias factuais e reportagens são as grandes protagonistas no consumo de informação por parte dos telespectadores. Já o documentário como gênero jornalístico é mais comum nas TVs educativas e canais fechados. Como produção independente o documentário também é um dos gêneros mais produzidos, tendo por muitas vezes sua divulgação em plataformas *online*, como o *Youtube*.

Se de modo geral na TV brasileira esse gênero é produzido em baixa escala, em Alagoas essa realidade é ainda mais presente. O alagoano não está habituado em consumir informação através desse tipo de formato. Apesar da não escolha pela produção ou exibição de documentários, o mesmo possui grande valor informativo, tendo em vista que uma das suas características mais marcantes é o de apresentar da forma mais fiel possível a realidade e veracidade do assunto abordado.

Sabendo disso, o gênero documentário apresenta-se como uma ótima ferramenta para esclarecer, informar e criar em seu público pensamentos mais definidos sobre determinado tema, despertando ainda a capacidade de questionar e analisar de forma racional e inteligente aquilo que se está consumindo.

Diante disso, foi desenvolvida a proposta do presente trabalho: **Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda.**

Conhecidos por locais de “abandono” e muitas vezes de descaso, os abrigos/lares de idosos, atualmente denominados por instituições de longa permanência para idosos (ILPI), são altamente necessários em nossa sociedade atual. Seu apoio a pessoa idosa merece reconhecimento, tendo em vista que, os trabalhos exercidos nesses locais, ao contrário do que muitos pensam, é o de tornar a vida do idoso mais digna e com uma qualidade melhor.

Sabendo que cada caso deve ser avaliado de forma particular, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo mostrar através de um documentário, uma realidade pouco conhecida por parte da sociedade: a necessidade e importância que uma instituição de longa permanência tem para os idosos que dela necessitam.

Reforço que o gênero documentário foi escolhido por sua profundidade em apresentar ao telespectador a realidade dos fatos, uma vez que os depoimentos são de personagens que vivem o tema abordado. Dessa forma, a produção desse trabalho tem como objetivo apresentar ao público a existência dessa outra realidade unida as essas instituições.

Para a realização deste projeto experimental, foram estudadas técnicas de roteiro de documentário, entrevista e linguagem audiovisual, além de edição de imagens através da decupagem.

## **2. OBJETIVOS**

### Gerais

Avaliar os fatores que fazem das instituições de longa permanência para idosos necessárias;

Apresentar ao espectador um novo pensamento a respeito do papel da ILPI dentro da sociedade.

### Específicos

Obter dados acerca do envelhecimento no Brasil;

Debater a ideia de abandono x cuidado acerca dos idosos institucionalizados;

Mostrar o processo de adaptação dos idosos que saíram de suas casas para alguma instituição de longa permanência.

### 3. REFLEXÕES TEÓRICAS

#### 3.1 Envelhecimento no Brasil

A velhice é um processo natural da vida, logo, é um estado que não pode ser evitado ou adiado. E apesar do avanço da ciência, que tem se preocupado em cada vez mais suprir a necessidade do homem em retardar esta fase, seja através de tratamentos estéticos, cremes, ou remédios “milagrosos”, a terceira idade não pode ser evitada.

Não seria errado afirmar que as pessoas querem viver mais e que envelhecer bem é o que elas querem de fato. A busca por uma qualidade de vida melhor não deve ser motivo de preocupação, mas motivo de uma vida mais longa e saudável.

Uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, refletindo uma melhoria das condições de vida. De acordo com projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050” (...) Em 2050 pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Em 2012, 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de dez anos e mais que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global”. (Dados sobre o envelhecimento no Brasil, p. 1)

E realmente o envelhecimento é uma conquista de um povo. No Brasil, de acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma comparação aos dados apresentados em 2009 aos de 2011, mostra que o número de pessoas com mais de 60 anos teve um aumento de 7,6%, o que significa que mais 1,8 milhão de pessoas passaram a fazer parte do grupo da terceira idade.

Com isso, novas políticas de cuidados a pessoa idosa foram criadas. Assim como os direitos da criança são defendidos, o governo brasileiro se atentou para que o mesmo acontecesse com a pessoa idosa. E ainda de acordo com os dados sobre o envelhecimento no Brasil: “o envelhecimento é reflexo do mais baixo crescimento populacional aliado a menores taxas de natalidade e fecundidade”.

Nos últimos anos as instituições governamentais brasileiras, organismos da sociedade civil e movimentos sociais conquistaram uma gama de leis, decretos, propostas e medidas que estabelecem direitos voltados para a pessoa idosa, referenciados pelas diretrizes internacionais (Plano de Ação internacional para o Envelhecimento). Contabilizam-se conquistas

democráticas importantes, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) em 2002 e a elaboração e publicação do Estatuto do Idoso em 2003, que regulamenta os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. (Dados sobre o envelhecimento no Brasil, p. 3)

Uma contradição ao que é exposto no Artigo 3 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, do Estatuto do Idoso, “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Mesmo tendo seus direitos assegurados por lei, ainda existe muita discriminação, falta de conscientização e afeto para com a pessoa idosa que diariamente tem seus direitos desrespeitados. A contribuição que esta classe já proporcionou a sociedade também não é levada em conta.

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, Art. 230)

A forma como as pessoas idosas são tratadas pode ser considerada uma questão cultural, tendo em vista que nem todas as sociedades mantêm o mesmo interesse na manutenção da vida de cada um desses indivíduos.

O antropólogo americano Leo Simmons, na obra “O Papel do Idoso na Sociedade Primitiva” (The Role of the Aged in Primitive Society), menciona que era habitual os mais velhos receberem os melhores pedaços da caça, serem servidos antes de todos, com grande respeito às suas incapacidades e limitações, mormente no tocante à alimentação e enfermidades que causavam dependências. (FERNANDES, 1997, p. 30)

Na medida em que em algumas sociedades a velhice era vista como um privilégio dos que a alcançava, em outras sociedades essa realidade era altamente desprezada.

O desprezo por parte dos primitivos, como os poncas, os esquimós, os tupis, as tribos sul-africanas, entre outros culminavam na matança dos idosos. Os próprios filhos matavam os pais por um costume ou por determinação legal. É muito conhecida a história do mawle sagrado, uma espécie de clava chata, com a qual os filhos golpeavam os pais, na cabeça, ao atingirem a idade de 70 anos. Na Islândia, em época de penúria, decidiu-se, em deliberação solene, que todos os idosos e improdutivos fossem mortos. Esta

determinação fazia parte do sistema legal, que protegia a sociedade contra os membros supérfluos e dependentes. Os gregos e romanos nutriam profundo desprezo pelos velhos. Todos os povos admiradores da força física valorizavam a mocidade e desprezavam a velhice. Na Lapônia, extremo norte da Escandinávia, o idoso era considerado um problema. Era costume arraigado entre as gerações de esquimó ser o ancião abandonado em um trenó para acabar morto e devorado por lobos ferozes que povoavam aquelas terras geladas. O idoso era deixado ali com todos os seus pertences para morrer. Entre os dinkas, povo que habitava a parte meridional do Sudão, era tradição enterrar vivo o velho para que ele passasse a eternidade ainda no vigor de suas forças e imune à decrepitude. A mesma crença tinha os habitantes das ilhas Fidji, os quais levavam seus velhos à morte violenta para assegurar-lhes uma existência vigorosa, pois acreditavam que iam ressuscitar no outro mundo. (MORENO, 2007, p. 4-5)

Em nossa sociedade a manutenção da vida da terceira idade é um pouco turbulenta, fazendo assim com que muitos idosos, quando têm condições físicas e mentais, optem por viverem sozinhos. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 mais de 10,4 milhões de pessoas moravam sozinhas no Brasil. Desse total 44,3% têm mais de 60 anos.

Neste cenário crítico surge a importância das criações das instituições de longa permanência para essa população em especial.

### 3.2 Instituição de longa permanência para idosos

Antes denominadas de asilos/abrigos, as Instituições de Longa Permanência Para Idosos têm um papel fundamental na sociedade em que vivemos, principalmente no que diz respeito ao crescimento de idosos no Brasil.

A medida em que a população de idosos aumenta, a procura pelas ILPI também aumenta. Isso se dá pelo fato da necessidade de encontrar espaços que garantam a essas pessoas uma qualidade de vida melhor, através de aspectos que nem sempre estão presentes no ambiente familiar.

Na atualidade, segundo Lima (2005), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) é quem adotou a expressão "Instituição de Longa Permanência para Idosos" (ILPI) para designar o tipo de instituição anteriormente chamado de Asilo. A SBGG define-a como estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público-alvo são as pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em domicílio unicelular. Com o número crescente de idosos, pode-se prever que, a cada ano, mais idosos vão necessitar desses serviços. (COSTA; MERCADANTE, 2013, p. 211)

Sua origem também se deu pelo fruto da caridade cristã tendo em vista que a maioria desses lugares são de iniciativas filantrópicas pertencentes a entidades religiosas.

De acordo com a Pesquisa Ipea, a grande maioria das instituições brasileiras é filantrópica, 65,2%, incluindo neste conjunto, as religiosas e leigas. As privadas constituem 28,2% do total. Apenas 6,6% das instituições brasileiras são públicas ou mistas, predominando as municipais. Isto significa 218 instituições, número bem menor que o total de instituições religiosas vicentinas, aproximadamente 700 em 2010. O governo federal mantém apenas duas instituições, o Abrigo Cristo Redentor, que abriga 298 idosos pobres, e a Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, restrita a trabalhadores e familiares da Aeronáutica. (CAMARANO; BARBOSA, 2010, p. 486-487)

E não seria errado afirmar que se não fosse pela vontade de ajudar ao próximo, pela empatia a pessoa idosa através dessas instituições, o número de pessoas da terceira idade que viveriam em zona de risco e porquê não dizer, em vida desumana e de total abandono, seria ainda maior.

E apesar do ambiente familiar ser o mais adequado e o mais importante, principalmente nessa fase da vida, várias situações podem levar a institucionalização de um idoso. Por isso, é válido que cada caso seja estudado de forma singular, para a avaliação dos motivos reais que levaram essa decisão. Muitos são os casos de abandono e muitos também são os casos em que a institucionalização dessas pessoas é a decisão mais certa a se fazer, como é o caso, por exemplo, de um idoso que mora sozinho e que perdeu grande parte de suas habilidades motoras, não mais podendo se cuidar de forma independente. Há casos também em que a pessoa idosa escolhe sair da sua casa para ir para alguma instituição, por uma questão de escolha e vontade própria.

A ida de um idoso para uma instituição de longa permanência pode ser uma alternativa e, em algumas situações, uma opção única. Os conflitos familiares que envolvem o idoso, a ausência temporária de um cuidador domiciliar, ou mesmo a solidão, causada pela falta de um parente com quem possa morar, ou servir de companhia por algumas horas ao dia, especialmente em se tratando de idosos com perda da capacidade funcional, têm sido os fatores determinantes para decisões dessa natureza (CHAIMOWICZ, 1997)



Com isso, é muito importante que a ideia de rejeição que a sociedade “despeja” como característica principal para a existência desse tipo de instituição, seja desconstruída. Buscar compreender e acolher uma instituição para idosos é pensar além da presente geração de idosos, pensar também no futuro das novas gerações. E é entendendo isso que atualmente existem Programas do Governo responsáveis pela pessoa idosa, que atuam com políticas criadas para garantir que as instituições de longa permanência ofereçam uma assistência focada na qualidade de vida física e emocional dessas pessoas.

O Estatuto do Idoso estabelece que as entidades governamentais e não-governamentais responsáveis pela assistência aos idosos deverão inscrever seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa, que zelará pelo atendimento às normas deste Estatuto e da Política Nacional do Idoso. No artigo 50, Capítulo II do Estatuto, estão relacionadas as obrigações das entidades de atendimento ao idoso, onde se encontra estabelecida, entre outras, a exigência da celebração de contrato escrito para a prestação de serviços. Este contrato, por sua natureza jurídica, estará sujeito, entre outras, às regras do Código de Defesa do Consumidor. A fiscalização das entidades de atendimento ao idoso, e especificamente das ILPIs, passa a estar a cargo dos Conselhos do Idoso, do Ministério Público e da Vigilância Sanitária. (PINTO; SIMSON, 2012, p. 171)

Por isso, é certo afirmar que a existência das instituições de longa permanência para idosos tem um valor imensurável, sendo necessário que a sociedade desmitifique a visão de que sua existência esteja ligada ao abandono da pessoa idosa. É certo afirmar ainda que, em grandes casos apenas as ILPI conseguem oferecer aos idosos a segurança e a qualidade de vida não mais encontrada em seus lares, principalmente quando eles moram sozinhos ou quando a família não consegue ou não está disposta a proporcionar para eles uma vida digna com todos os cuidados necessários.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso apresenta as ILPI como estruturas de cunho social e do campo da assistência, mas que acabam por acolher ou continuar a assistência a idosos em situação especial de cuidados de saúde. Portanto, têm estruturas mistas de saúde – híbridas –, assim como equipes multidisciplinares que cuidam desses sujeitos no final da vida. (CLOS; GROSSI, 2016, p.396)

A velhice como última fase da vida precisa ser vista com mais zelo, atenção e com um olhar de cuidado e humanidade, muitas vezes encontrado apenas nas instituições de longa permanência que se dedicam a cumprir com responsabilidade seu papel para com os idosos. Característica reconhecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ipi são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania. Ou seja, são domicílios coletivos que oferecem cuidados e algum tipo de serviço de saúde. São híbridas e por isto devem compor não só a rede de assistência e saúde, mas também a de habitação. (CLOS; GROSSI, 2016, p.397)

As instituições de longa permanência, mais que um local para acolhimento de idosos, na grande maioria das vezes, é também o lar em que eles irão encerrar suas vidas. Não seria de fato incompreensível se elas passassem a serem vistas de forma mais humanizada e menos preconceituosa.

[...] temos hoje o chamado direito subjetivo constitucional à dignidade. E dignidade nada mais é do que a base de todos os valores morais, a síntese de todos os direitos do homem. O direito à honra, à imagem, ao nome, à intimidade, à privacidade, ou qualquer outro direito da personalidade, todos estão englobados no direito à dignidade, verdadeiro fundamento e essência de cada preceito constitucional relativo aos direitos fundamentais. (CAVALIERI FILHO, 1998, p. 60-61).

A partir de todos esses argumentos, ganha vida a produção de todo o documentário **“Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda”**.

## 4. DOCUMENTÁRIO

### 4.1 O que é documentário

O documentário possui grande potencial no que diz respeito a uma das características mais fortes do jornalismo: a de noticiar/informar da forma mais clara e apurada possível assuntos relacionados a realidade em que estamos inseridos. E apesar de não ser muito comum a exibição de documentários na televisão aberta, eles possuem particularidade distintas em relação a outros gêneros jornalísticos, como das reportagens, por exemplo.

Uma observação inicial dos programas jornalísticos exibidos na televisão brasileira nos mostra que, com exceção das TVs educativas, o documentário é um gênero pouco frequente nos canais abertos. Acreditamos que isso se dá porque nas TVs comerciais o ritmo de produção jornalística é pautado, prioritariamente, pela informação factual e pelo imediatismo na transmissão da informação. Isso dificulta o investimento na produção de documentários, pois, estes requerem uma pesquisa mais aprofundada e detalhada do tema a ser abordado. (MELO; GOMES; MORAIS, 1999, p. 2)

Ainda segundo Melo, Gomes e Morais (1999), diferente da produção de notícias e reportagens, o documentário necessita de um envolvimento exclusivo dos profissionais que trabalham em sua execução e um maior tempo de elaboração. E esses fatores implicam de forma direta na escolha pela não produção de documentários para as TVs, que na maioria das vezes não estão interessadas em custear esse tipo de trabalho, principalmente quando sua linha editorial está enraizada ao factual. Em geral, o documentário é quase que uma exclusividade das TVs por assinatura e das TVs educativas abertas, além das produções independentes.

Apesar do jornalismo tomar a imparcialidade como um dogma a ser seguido e preservado, no documentário a parcialidade é bem-vinda, tendo em vista que todo documentário é formado pelo “olhar” do diretor sobre o seu objeto. É o que afirma Melo (2002), ao dizer que o documentarista não precisa ocultar sua própria subjetividade ao narrar um fato. Melo aponta que o documentarista pode opinar, tomar partido, se expor, e deixar dessa forma, claro para o espectador qual o ponto de vista ele está defendendo. E esse é um privilégio que não é concedido ao repórter.

Segundo Labaki (2001, entrevista à Folha de São Paulo), “O documentarista procura ser fiel a um só tempo à sua verdade e à verdade dos personagens e situações filmadas. E, como dizia Oscar Wilde, a verdade pura e simples raramente é pura e jamais simples. Não se busca um recorte pretensamente objetivo ou neutro do mundo” (apud MELO, 2002, p.30)

Já para Salles (2002, entrevista à Folha de São Paulo, **apud MELO, 2002, p.30**), “A autoria é uma construção singular da realidade. Logo, é uma visão que me interessa porque nunca será a minha. E exatamente isso que espero de qualquer bom documentário: não apenas fatos, mas o acesso a outra maneira de ver.”

Não é difícil concordar com essas opiniões, afinal, ao escolher um tema para ser abordado, o documentarista estuda e planeja qual verdade ele quer contar, qual realidade ele quer defender. E é a partir dessas decisões que acontece toda “magia” da criação de um documentário. Toda narrativa é esquematizada sob o olhar do diretor, que ganha força na medida em que ele utiliza das fontes para fundamentar aquilo que ele quer apresentar ao espectador. Não será a sua voz que o público irá ouvir, mas a voz dos personagens que irão relatar os fatos, onde a edição de texto, imagens e sons materializa tudo aquilo que o autor quer contar.

A escolha de um ponto de vista é uma escolha estética implica, necessariamente, determinadas escolhas cinematográficas em detrimento de outras (seleccionar determinado tipo de planos em detrimento de outros - por exemplo, grandes planos, - optar por determinadas técnicas de montagem - por exemplo, montagem paralela - em detrimento de outras). Cada selecção que se faz é a expressão de um ponto de vista, quer o documentarista esteja disso consciente ou não. (PENAFRIA, 2001, p.3)

Penafria (2001) afirma ainda que o mais importante é o documentarista definir qual será o ponto de vista predominante no seu trabalho. A forma com que esse ponto de vista é articulado com a linguagem cinematográfica, irá definir o nível de envolvimento e identificação do espectador com o documentário.

Contudo, não é uma missão fácil definir o que de fato é um documentário. Muitos o caracterizam pela profundidade com que o assunto é tratado, o que também acontece em uma grande reportagem. Outros se baseiam no tempo de duração em

que ambos possuem. E apesar dessas características servirem como base para identificar o que é ou não é um documentário, é preciso ir além do senso comum e estar atento aos aspectos importantes na hora de produzir esse tipo de trabalho. O documentário apresenta um conjunto de sequência, como por exemplo sua estrutura narrativa.

Os registros históricos funcionam como fragmentos da realidade e só se constituirão documentário se conduzidos por uma narrativa capaz de dar unidade ao que se quer contar. Dessa forma, a narrativa tem importância extrema no documentário. Por outro lado, embora a estrutura narrativa seja considerada a organização básica do documentário, é necessário identificar o que essa narrativa tem de particular nesse gênero televisivo, ou seja, o que a diferencia de uma narrativa puramente ficcional. (MELO; GOMES; MORAIS, 1999, p. 3)

Com isso é certo afirmar que a produção de um documentário necessita seguir uma sequência de fatores desde a elaboração da pauta até o trabalho de pós-produção; cada etapa contribui de forma direta para que cada documentário seja bem estruturado. Através desse gênero o espectador tem a oportunidade de conhecer as diversas direções de temas que muitas vezes parecem ter apenas um lado.

Nichols (2001, p.135-169) em seu livro “Introdução ao documentário”, apresenta quais são os seis tipos de documentários, resumidos da seguinte forma por IVANOFF; SANTOS (2015), conforme exposto na Tabela 1:

Tipos de documentários
1. O modo expositivo - preocupa-se mais com a defesa de argumentos do que com a estética e subjetividade. Os documentários com esta característica predominante têm como marca diferencial a objetividade, e procuram narrar um fato de maneira a manter a continuidade da argumentação. Para isso, um dos recursos utilizados é o casamento perfeito entre o dito e o mostrado.
2. Ao contrário do modo expositivo, o modo poético evidencia a subjetividade, e se preocupa com a estética. Há uma valorização dos planos e das impressões do documentarista a respeito do universo abordado. Em relação à construção do texto, podem-se usar poemas e trechos de obras literárias.
3. No modo observativo - o documentarista busca captar a realidade tal como aconteceu. Para isso, evita qualquer tipo de interferência que caracterize falseamento da realidade. Apenas há um registro dos fatos,

sem que o documentarista e sua equipe sejam notados. Dessa maneira, há pouca movimentação de câmera, trilha sonora quase inexistente e não há narração, uma vez que as cenas devem falar por si mesmas.
4. O modo participativo - como o próprio nome sugere, é marcado por mostrar a participação do documentarista e sua equipe. Dessa forma, torna-se um sujeito ativo no processo de gravação/filmagem, pois aparece em conversa com a equipe, e provoca o entrevistado para que fale.
5. O modo reflexivo - deixa claro para o telespectador quais foram os procedimentos da filmagem, evidenciando a relação estabelecida entre o grupo filmado e o documentarista. Nos filmes em que este modo de representação prevalece nota-se como é a reação do grupo pesquisado diante da câmera e do seu realizador.
6. O modo performático - caracteriza-se pela subjetividade e pelo padrão estético adotado, utilizando as técnicas cinematográficas de maneira livre. Pertencem a este modo os filmes de vídeo-arte, cinema experimental e vanguarda.

(apud IVANOFF; SANTOS, 2015, p. 12-13)

Tabela 1 – Tipos de documentários

No caso do documentário **Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda**, o modo expositivo foi o utilizado, uma vez que toda narrativa acontece de forma extremamente objetiva, firmada pelos depoimentos dos personagens.

## 5. PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

### 5.1 Motivação e linha editorial

Intitulado **Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda**, propositalmente para a elevação do pensamento e opiniões, o presente documentário surgiu como fonte de conhecimento para que o espectador conte com uma informação que não é tão propagada quanto a visão de que as instituições para idosos são locais de descaso e abandono. A produção deste documentário visa ainda alcançar o maior número de pessoas, com foco em jovens e adultos, para que eles entendam melhor quais características estão alinhadas a uma Instituição de Longa Permanência. A informação é um direito de todos e ampliar a informação de forma clara é um dever que deve ser cumprido com compromisso e seriedade por todo jornalista.

Segundo Nilson Laje "Sem informação jornalística - e pouco importa se ela agrada ou desagrada, se lhe motiva paixão ou repulsa - o homem contemporâneo não consegue orientar-se na vida civil, profissional e mesmo afetiva; os mercados regridem em dinamismo e agilidade; numa era de especialidades, especialistas e tribos, pelo jornalismo que se consegue ter contato com o que pensam os outros". (CORRÊA, 2001, p. 42)

Outra característica que atribui força ao documentário aqui citado é o fato da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) ter proposto a mudança dos termos asilo, abrigo, casa de repouso, para instituição de longa permanência para idosos, como forma de acabar com a ideia de abandono ligadas a esses locais.

Com a vinda da Resolução RDC nº 283/05 ANVISA, de 26 de setembro de 2005, a denominação lançada anos atrás pela SBGG, "instituição de longa permanência para idosos" ou "*ILPI*", é adotada com consagração da designação do serviço nos moldes das representações sociais positivas e pretendidas pela proteção integral à pessoa idosa no texto constitucional. (Maleiro, 2016, p. 99)

Para Corrêa (2001), informar é um tema que possibilita uma diversidade de enfoques, especialmente se relacionado ao campo do jornalismo e às suas conceituações mais contemporâneas.

Assim, Rossi no primeiro parágrafo de seu livro “O que é o jornalismo” afirma que “o jornalismo é a fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes”. Vaia, por sua vez, afirma que a função do jornalista é fazer a mediação entre a informação bruta e a informação útil. Utilidade está vinculada ao valor da informação como produto. (CORRÊA, 2001, p. 38)

Levando isso em consideração é de suma importância que o jornalista busque exercer sua função com responsabilidade, priorizando ainda a parcialidade na sua abordagem dos fatos. Para Caldas (1997), os limites internos da liberdade da atividade jornalística estão relacionados com as responsabilidades sociais e o compromisso com a verdade.

Os meios de comunicação devem aceitar e cumprir certas obrigações para com a sociedade, estabelecendo um alto nível profissional e de informação, com base na veracidade, na exatidão, na objetividade e no equilíbrio (CALDAS, 1997, p. 108).

A linha editorial do documentário gira em torno da desmistificação do conceito de que as ILPI não são lugares bons e eficazes. Conceito esse que começa a ser inserido a partir da ideia do termo popular “o outro lado da moeda”, usado para retratar que em todas as situações e circunstâncias da vida é preciso sair do superficial e buscar entender todos os lados envolvidos. E os conteúdos abordados buscam exatamente isso, ganhando ainda força através dos entrevistados. A proposta é fazer com que a história seja conhecida de fato, pelas personagens principais – os idosos.

## 5.2 Público-alvo

Sabendo que todo o ser humano já formado tem a plena consciência de que o envelhecimento é uma fase natural e inevitável da vida e sabendo também da importância de abordar esse assunto em suas diferentes formas, tendo em vista que a realidade de cada família, de cada pessoa, ainda que muitas vezes semelhantes, em vários aspectos, possuem suas particularidades e singularidades específicas, o documentário aqui tratado busca alcançar jovens e adultos de forma que eles procurem em sua narrativa entender o que de fato é melhor para seus pais em sua última fase da vida.



De acordo com o Estatuto do Idoso (2003), os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. É também esclarecido que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Diante disso, os idosos, sejam eles institucionalizados ou não, precisam ter seus direitos assegurados. Por isso, a sociedade como um todo e o Estado também fazem parte do público-alvo do documentário **Instituição de longa permanência: o outro lado da moeda**.

O cronológico define como idoso a pessoa que tem mais idade do que um certo limite preestabelecido. Por se tratar de um critério objetivo, de fácil verificação concreta, geralmente é adotado pelas legislações, como, por exemplo, a que trata da aposentadoria por idade... Pelo critério psicobiológico deve-se buscar uma avaliação individualizada da pessoa, ou seja, seu condicionamento psicológico e fisiológico, logo, importante não é a sua faixa etária, mas sim as condições físicas em que está o seu organismo e as condições psíquicas de sua mente... O critério econômico-social considera como fator prioritário e fundamental, uma visão abrangente do patamar social e econômico da pessoa, partindo-se sempre da ideia de que o hipossuficiente precisa de maior proteção se comparado ao auto suficiente. (BOBBIO apud BRAGA, 2011, p. 3)

Viegas e Barros (2016) destaca ao analisar o processo de envelhecimento, que o termo idoso é utilizado em sua grande maioria em conotações negativas, tais como “velho”, “decadente”, “antigo”, atribuídas pela sociedade contemporânea marcada por tabus de juventude, beleza e outros estereótipos que defendem o antienvelhecimento.

O exercício de apenas atribuir nomenclaturas e ainda de forma leiga aos idosos, faz grande parte da população esquecer que a idade não é sinônimo de capacidade e sim de amadurecimento, experiências que podem ser compartilhadas com os “mais jovens”, que se julgam mais ativos e perspicazes. É claro que, nessa fase da vida, o corpo necessita de mais cuidados, carinho e amor. (VIEGAS; BARROS, 2016, p. 172-173)

O mesmo acontece com as instituições de longa permanência para idosos, que vivem cercadas por visões que precisam ser desconstruídas. É fato que está com a família deve ser a melhor opção, desde que nela se encontre os cuidados e afetos necessários para com a pessoa idosa.

A ida de um idoso para uma instituição de longa permanência pode ser uma alternativa e, em algumas situações, uma opção única. Os conflitos familiares

que envolvem o idoso, a ausência temporária de um cuidador domiciliar, ou mesmo a solidão, causada pela falta de um parente com quem possa morar, ou servir de companhia por algumas horas ao dia, especialmente em se tratando de idosos com perda da capacidade funcional, têm sido os fatores determinantes para decisões dessa natureza (CHAIMOWICZ, 1997)

Levando esses aspectos em consideração, a escolha de jovens e adultos, da sociedade como um todo e do Estado, como público-alvo do documentário **Instituição de longa permanência: o outro lado da moeda**, foi definido do princípio da necessidade de expor estudos que mostrem, de forma clara e objetiva, todo o trabalho realizado por uma ILPI.

### 5.3 Produção jornalística

Toda produção jornalística precisa ser pensada de forma cuidadosa e detalhada, afinal, o que define de fato a produção de um trabalho jornalístico, não é apenas o tema abordado, mas a forma com que os fatos são apresentados ao público. Ainda que os jornalistas tenham a mesma missão em comum – a de informar, e informar com verdade e parcialidade, cada jornalista tem o dom de extrair diferentes camadas, de um mesmo assunto. Por isso, os temas se repetem, mas se repetem de formas novas, trazendo consigo, novos descobrimentos e novas informações.

E nesse processo de produção jornalística, a pauta é o que torna o caminho mais organizado e longe de confusões de pensamentos. Apesar disso, LAGES (2009) nos afirma que a instituição da pauta como procedimento padronizado é relativamente recente, e que essa institucionalização se deu a princípio, nos magazines, e somente na década de 1950, ela se generalizou nos jornais diários brasileiros, e somente na década de 70, introduzida por toda parte.

A denominação pauta aplica-se a duas coisas distintas: a) o planejamento de uma edição ou parte da edição (nas redações estruturadas por editorias - de cidade, política, política, economia etc.), com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas: ângulo de interesse, dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestões de fontes etc. b) cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter. Ele dirá: "a minha pauta", quer a tenha recebido como tarefa, quer a tenha proposto (o que é comum, particularmente com free lancers. (LAGES, 2001, p. 15)

Nesse sentido, logo após a definição da linha editorial do documentário aqui abordado, as pautas foram surgindo através da diversificação de temas e formatos (narração, organização dos personagens, enredo), da proximidade do assunto com o conhecimento da massa e com a atualidade, tendo em vista que o tema não é novo, mas é contínuo e atual.

O roteiro de pauta do documentário **Instituição de longa permanência: o outro lado da moeda**, pedia respostas às seguintes perguntas: como se organizará a narrativa de todo conteúdo; quantas ILPI existem em Maceió e em Alagoas; como mostrar as camadas positivas de um assunto tão marcado pela negatividade da compreensão da sociedade; o objetivo central do assunto; o fato (o que de concreto será apresentado sobre o assunto); o que queremos (o foco do conteúdo, os aspectos que seriam escolhidos, os elementos que marcariam a narração do documentário); e quais as fontes fariam parte dele (fontes especiais, cotidianas e especialistas, incluindo nomes e contatos).

Com a definição das pautas, algumas tiveram que sofrer modificações e outras caíram. Tais acontecimentos sucederam devido à necessidade de abordar de forma inovadora o tema escolhido e outros devido à falta de contato prévio com as fontes e até mesmo ao surgimento de novas opiniões, relatadas pelas fontes escolhidas. Com isso, é importante ressaltar o planejamento do trabalho, evitando assim desperdício de tempo e recursos.

A escolha acertada da pauta é meio caminho andado em direção sucesso. Em jornal, até hoje, é relativamente fácil definir a pauta: modo geral, os acontecimentos cotidianos a compõem. Para o jornalismo diário, a grosso modo, basta cobrir bem os fatos do dia a dia. No caso do jornalismo de revistas a lógica é outra, principalmente em se tratando de publicações quinzenais e mensais. A periodicidade mais elástica exige que o jornalista encontre novos enfoques para os assuntos de que vai tratar, buscando sempre uma maneira original de abordá-lo. O mesmo, em revistas, é fundamental. O jornalista precisa aprender a pensar de acordo com a periodicidade do veículo e, claro, com os interesses específicos de seus leitores. Não adianta, por exemplo, uma revista feminina mensal noticiar (apenas noticiar, ressaltar-se) determinado desfile de moda, pois ele, certamente, já terá recebido farta cobertura da imprensa diária logo no dia seguinte - ou no mesmo dia - de sua realização. Se essa notícia é relevante para suas leitoras, a revista terá que encontrar uma forma de publicá-la sob um enfoque que ninguém ainda deu (complementada, analisada, interpretada, bem fotografada) (SCALZO, 2016, p.64)

Com as pautas realinhadas, foi possível realizar um levantamento de dados mais preciso sobre as instituições de longa permanência para idosos em Maceió, o que tornou possível toda organização e estruturação do documentário. Essa etapa de levantamento de dados e pesquisa de campo foi fundamental, pois através das visitas em várias ILPI foi possível conhecer ainda mais a realidade abordada no documentário, além da familiarização com o espaço físico e com as pessoas que moram e trabalham nessas instituições, unido a identificação das fontes. E antes de definir quais personagens e ILPI fariam parte desse trabalho, foi necessário realizar mais visitas e manter um diálogo com as fontes escolhidas, para que no dia da filmagem elas se sentissem mais à vontade. Nesse primeiro momento, apenas imagens para OFF foram captadas.

Para Soares (2007), essa etapa é muito importante para que problemas e imprevistos no dia da filmagem das entrevistas sejam evitados.

Mapear e fazer um cuidadoso estudo das locações pode ser útil para prevenir possíveis imprevistos ou problemas técnicos relacionados à iluminação e captação de som além de fazer com que o documentarista se familiarize mais com o universo abordado. Em relação à fotografia, é conveniente estudar a iluminação dos locais de filmagem, a incidência de luz natural e as fontes de eletricidade caso haja a necessidade de luz artificial. As condições de som ambiente também podem criar empecilhos para a captação do som de entrevistas caso o local esteja próximo de fontes de ruído, como fábricas e aeroportos, ou seja, ele mesmo barulhento. Visitas antecipadas às locações de filmagem servem também para definir equipamentos necessários para cada locação, tamanho da equipe técnica mais adequado à cada situação, prevenção quanto a possíveis dificuldades de acesso - obstáculos naturais, resistência de comunidades locais, risco à integridade física da equipe, etc. Uma maior familiaridade com os cenários de filmagem auxiliam também na elaboração dos enquadramentos e trabalho de câmera, possibilitando uma prévia roteirização de filmagem, procedimento que ajuda a dinamizar o trabalho da equipe em locação. (SOARES, 2007, p. 88 e 89)

A partir daí as entrevistas para a produção dos conteúdos foram iniciadas. Para Lage (2001), a entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo, e suas definições nos mostram ainda que existem vários tipos de entrevistas. As produzidas neste documentário, em especial, foram as entrevistas temáticas, testemunhais e dialogais. Para entender melhor, ele as especifica das seguintes formas na Tabela 2:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>temáticas</b> - são entrevistas abordando um tema, sobre o qual se supõe que o entrevistado tem condições e autoridade para discorrer. Geralmente consistem na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos. Podem servir para ajudar na compreensão de um problema, expor um ponto de vista, reiterar uma linha editorial com o argumento de autoridade (a validação pelo entrevistado) etc.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>testemunhais</b> - trata-se do relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou a que assistiu. A reconstituição do evento é feita, aí, do ponto de vista particular do entrevistado que, usualmente, acrescenta suas próprias interpretações. Em geral, esse tipo de depoimento não se limita a episódios em que o entrevistado se envolveu diretamente, mas inclui informações a que teve acesso e impressões subjetivas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>dialogais</b> - são as entrevistas por excelência. Marcadas com antecipação, reúnem entrevistado e entrevistador em ambiente controlado - sentados, em geral, e, de preferência, sem a intermediação de um aparato (como uma mesa de escritório) capaz de estabelecer hierarquia (quem se senta diante das gavetas da mesa assume, de certa forma, posição de mando). Entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados.</li> </ul>

(LAGES, 2001, p. 32-34)

Tabela 2 – Tipos de entrevistas

Com a conclusão da filmagem das entrevistas, partimos para a etapa de montagem do documentário. Soares (2007) afirma que todo processo de montagem de um documentário se inicia com a análise do material filmado, tanto as imagens como os sons captados. E é preciso estar bem atento para esse processo, pois ficção e realidade se diferem muito.

Na ficção, essa análise é guiada pelo roteiro técnico, que trás a lista dos planos necessários para a composição do filme. Avalia-se todas as tomadas de cada plano eliminando-se aquelas mais problemáticas. Muito dessa primeira escolha ocorre durante o período de filmagem em que todos os erros de filmagem são devidamente anotados. Em documentário, essa análise é bem mais demorada em função não só do fato de, em muitos casos, inexistir um roteiro guia, como já foi comentado antes, como também pela maior quantidade e diversidade de imagens disponíveis ao montador, o que também já foi comentado antes. (SOARES, 2007, p. 187)

A construção do roteiro deve ser bem pensada para que a história apresentada consiga desde o início a atenção do público. Para isso é necessário bastante atenção na hora de organizar a sequência dos personagens, e nesse momento, o jornalista precisa certificar que seu trabalho seja executado com seriedade e responsabilidade, tendo em vista que o que ele vai fazer é apresentar a realidade dos fatos, do tema

abordado, e não o seu ponto de vista e opinião. A fala dos personagens é o que irá garantir a veracidade de todo conteúdo tratado.

Para David Howard e Edward Mabley (1996), a maioria dos roteiros bem construídos, precisam, já no início da história que o autor canalize vigorosamente a atenção do público para um dos personagens. No caso do documentário aqui apresentado, a atenção do público foi direcionada para os idosos que relataram um pouco de suas histórias com as instituições de longa permanência.

Ao contrário do filme de ficção, que possui a tendência muitas vezes incentivada pelos manuais de roteiro, de centrar a história na figura de um protagonista, é bastante comum, em filmes documentários, se conduzir o assunto não por um personagem (protagonista), mas por um grupo de personagens. Essa tendência do documentário trabalhar com grupo de personagens, facilmente verificada na produção atual do documentário brasileiro (*O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas, Futebol, Fala tu, Justiça, Vocação do poder, O cárcere e a rua*), nasce muitas vezes da busca de se abordar um universo não pelo todo, mas por uma amostragem, uma amostragem que seja representativa do todo, procedimento típico dos institutos de pesquisa. (SOARES, 2007, p. 104)

E é exatamente essa amostragem do todo que busquei centralizar através dos depoimentos dos personagens que dão voz ao documentário. Através do relato de cada um deles, foi possível mostrar que existe uma realidade que poucos conhecem sobre a importância das instituições de longa permanência para idosos. E é por esse motivo, que o roteiro desse documentário irá surpreender ao público, um público acostumado apenas com a versão de que as ILPI são lugares de abandono e descaso.

E sabendo da importância em apresentar ao público, logo de início, o assunto principal do documentário, principalmente quando o tema abordado já está enraizado pelo conhecimento popular da massa, coloquei em prática alguns dos direcionamentos do roteirista Syd Fild apresentados por Soares (2007), onde ele afirma que é preciso introduzir a história logo nos primeiros minutos do filme, conselho que também vale para a produção de um documentário:

Você tem que conquistar a atenção do leitor imediatamente. Não há tempo para vagar a esmo à procura de sua história. Se você não envolveu o leitor na história ao longo das primeiras dez páginas, você o perdeu. Você tem que estabelecer três elementos importantes nessas primeiras dez páginas:

Número um: Quem é o personagem principal – sobre *quem* é sua história?  
Número dois: Qual é a premissa dramática – sobre *o que* é sua história?  
Número três: Qual é a situação dramática – quais as *circunstâncias* em torno da ação? ((SOARES, 2007, p. 113)

E essas também foram orientações que procurei colocar em prática na construção sequencial do trabalho aqui tratado. Busquei expor o tema e com isso apresentar logo de “cara” algo novo e inesperado, não interferindo na compreensão do público, mas fazendo com que os telespectadores encontrando o que não esperavam, consigam formar através de um novo conhecimento, novas opiniões sobre o assunto. E com o desenvolvimento do assunto, também é preciso fazer com que a atenção do telespectador seja conquistada desde o início até o fim do documentário.

Com isso, foi possível avançar para a etapa de montagem do documentário. Para Soares (2007), essa é a etapa que marca o momento em que o documentarista adquire total controle do universo de representação do trabalho realizado e que toda montagem implica em um trabalho de roteirização que orienta a ordenação das sequências e define o texto do filme dando forma final ao seu discurso.

Todo o processo de montagem se inicia com a análise do material filmado, tanto as imagens como os sons captados. Na ficção, essa análise é guiada pelo roteiro técnico, que trás a lista dos planos necessários para a composição do filme. Avalia-se todas as tomadas de cada plano eliminando-se aquelas mais problemáticas. Muito dessa primeira escolha ocorre durante o período de filmagem em que todos os erros de filmagem são devidamente anotados. Em documentário, essa análise é bem mais demorada em função não só do fato de, em muitos casos, inexistir um roteiro guia, como já foi comentado antes, como também pela maior quantidade e diversidade de imagens disponíveis ao montador, o que também já foi comentado antes. O roteiro de edição será resultado de uma leitura atenta das imagens e sons contidos no material bruto. Esse roteiro poderá ou não seguir a estrutura proposta pelo tratamento escrito na fase de pré-produção, texto que serviu como mapa para orientar as filmagens e definir os principais pontos de interesse do documentário. A experiência de filmagem, bem como contato com o universo abordado, pode subverter noções preliminares, esboçadas na pré-produção, criando novos focos de interesse para o filme o que obriga, ao realizador, pensar em uma nova organização do material que incorpore essas mudanças. (SOARES, 2007, p.187)

E será no processo de seleção do material que o documentarista irá encontrar as sequências de entrevistas, sequências de ação e sequências de material de arquivo, e para cada uma delas há formas diferentes de produzir as cenas. Tudo

precisa ser pensado e planejado com atenção e cuidado, para que a ideia do documentarista de apresentar o assunto ao telespectador, não se perca. Por isso é necessário que o roteiro seja escrito de forma clara e precisa, facilitando dessa forma todo esse processo de montagem. Nisso, tempo e economia de gastos são obtidos.

E a montagem sendo um dos elementos que fazem parte da construção de um documentário, é um processo que não pode passar por despercebido. Soares (2007) afirma que na definição da estrutura do documentário um fator importante é definir como será seu início e como será seu final. E isso, não é tão simples quanto se parece, pois, definir quais serão as sequências iniciais de um documentário vai implicar diretamente em como o assunto será introduzido ao espectador, como aguçar sua curiosidade para aquilo que se está abordando e como cativar a audiência do começo ao fim, principalmente se o assunto não for muito familiar ou já for carregado de opiniões formadas.

E neste presente trabalho, o processo de decupagem de todo o material filmado foi fundamental para que a estrutura do documentário ganhasse força em toda sua narrativa. Sendo estruturado como apresentado na Tabela 3:

<b>DECUPAGEM DO DOCUMENTÁRIO</b>
<b>TEMA: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: O OUTRO LADO DA MOEDA</b>
<b>ABERTURA</b>
Linha do tempo com o envelhecimento dos olhos
Apresentação ESCRITA: o nome do documentário
<i>Abertura durar no MÍNIMO 2 (dois) minutos</i>
<b>INÍCIO DOS DEPOIMENTOS DOS PERSONAGENS</b>



<b>1º ENTRA PRIMEIRA FALA</b>
Elisabeth Toledo – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Alagoas
01:32 até 01:44 (número de ILPI em Alagoas)
07:19 até 08:22 (motivo para deixar o idoso em uma ILPI)
<b>2º ENTRA FALA DAS IDOSAS</b>
<b>MARIA DASDORES, 74 anos</b>
44:00 até 44:09 (porque foi morar em uma ILPI)
45:55 até 45:06 (motivo pelo qual decidiu morar em uma ILPI)
46:29 até 46:44 (não recebe visita)
<b>MARIA MADALENA, 66 anos</b>
1:00:09 até 1:00:31 (porque foi morar em uma ILPI)
<b>MARIA CORALICE, 84 anos</b>
21:10 até 21:53 – Logo em seguida: 22:23 até 22:41 (relação com a filha)
<b>3º ENTRA FALA DO MÉDICO MARCOS MARTINS</b>
06:50 até 08:31 (importância das ILPIs)
<b>4º ENTRA FALA DAS IDOSAS</b>
<b>MARIA MADALENA</b>
1:00:32 até 1:00:49 (aqui é meu lugar)

<b>MARIA CORALICE</b>
27:32 até 27:51 – Logo em seguida: 28:29 até 28:44
<b>5º ENTRA FALA DA PSICÓLOGA FERNANDA LEMOS</b>
2:14:02 até 2:14:34 (Idoso na ILPI)
2:16:28 até 2:17:27 (Socialização do idoso/família)
<i>OBS: Pode entrar imagens dos idosos mostrando um pouco o cotidiano</i>
<b>5º ENTRA FALA DA DIRETORA DE UMA ILP E ASSISTENTE SOCIAL, MARIA SOLANGE</b>
2:35:58 até 2:37:01 (visita da família/adaptação)
<b>6º ENTRA FALA DA IDOSA</b>
<b>MARIA ANUNCIADA, 85 anos</b>
<i>Um pouco da sua história</i>
1:37:07 até 1:37:20
1:39:31 até 1:39:48
1:38:00 até 1:38:21
<b>7º ENTRA FALA DA VOLUNTÁRIA JACKELINE KELLY</b>
33:35 até 35:16 (como se tornou voluntária)
38:09 até 38:24 (fazer a diferença na vida dos idosos)

<b>8º ENTRA FALA DA DIRETORA DE UMA ILPI E ASSISTENTE SOCIAL, MARIA AMÉLIA</b>
<i>Sua trajetória como dona e diretora de uma ILP</i>
1:44:15 até 1:44:20
1:45:14 até 1:45:59
1:46:32 até 1:48:10
<b><i>OBS: Pode entrar imagens da Maria Amélia com as idosas (para cobrir algumas falas)</i></b>
2:09:30 até 2:09:43 (mãos dadas com idosa)
2:10:00 até 2:10:14 (colocando colírio em uma idosa)
2:10:50 até 2:11:03 (conversando com idosa)
<b>9º ÚLTIMOS PERSONAGENS</b>
<b>Médico</b>
<i>Sobre a velhice</i>
15:16 até 16:29
<b>Diretora de uma ILPI e Assistente Social, Maria Solange</b>
2:26:31 até 2:27:30 (trabalho difícil, mas prazeroso)
ENTRA FALA DA DIRETORA DE UMA ILPI E ASSISTENTE SOCIAL, MARIA SOLANGE
TAKE FINAL (Usar imagens da rotina dos idosos para cobrir)

<b>ALIETE, 94 anos – Leitura do Poema</b>
2:23:47 até 2:24:02 / 2:24:26 até 2:24:37
<b>IMAGENS PARA OFF</b>
<b>DVD KEILA (14-10-19)</b>
14:53 até 15:10 (cuidado)
16:35 até 16:54 (rotina/caminhando)
1:43:08 até 1:43:29 (Coralice dançando)
1:43:50 até 1:43:59 (socialização)
<b>FINALIZAÇÃO/CRÉDITOS</b>
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE JORNALISMO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
<b>Produção e roteiro</b>
KEILA DA SILVA BACHOT
<b>Professor Orientador</b>
JÚLIO ARANTES AZEVEDO
<b>Imagens</b>
EDVALDO SILVA

<b>Edição de Imagens</b>
BENIELSSON ALISSON E TOMAZ ARAÚJO
<b>ESTE DOCUMENTÁRIO TEVE OS DIREITOS DE IMAGENS AUTORIZADOS</b>

Tabela 3 – Decupagem do documentário

Em “Escrevendo um documentário”, Barry Hampe (1997), afirma que apresentar algumas entrevistas unida a apresentação dos problemas não é tudo. A atenção precisa estar tanto nos assuntos do documentário, quanto na forma com que eles serão mostrados ao público, e foi isso que busquei seguir neste presente trabalho através do processo de decupagem.

Fazer um documentário é um exercício da construção de um modelo. Um roteirista é um arquiteto de filmes. Por isso, é importante o roteirista participar do processo desde o início. O roteirista faz o mesmo tipo de pesquisa para um documentário que um escritor teria que fazer para um artigo de uma revista. Visitar as locações, falar com as pessoas, obter os fatos – o quem, o que, o quando, o porquê e o como de cada evento a ser documentado. Deve conseguir, também, algumas informações básicas, como uma lista de pontos históricos, uma lista de pessoas a serem filmadas, de lugares, de eventos que devem ser filmados (HAMPE, 1997, p. 1).

A organização e produção de um documentário é um desafio que precisa ser cumprido com responsabilidade, ânimo e persistência, pois só assim será possível finalizá-lo com excelência e bom desempenho. E as etapas de pesquisa, planejamento, produção de pautas, montagem, decupagem, transição das entrevistas, intertítulos, trilhas sonoras, foram alguns dos elementos usados para que o trabalho aqui apresentado fosse bem executado.

#### 5.4 Diário de bordo

Foi no ano de 2019 que as atividades para a produção do documentário “**Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda**”, ganharam vida.

Definido o assunto que seria abordado, todo o trabalho se iniciou com a pesquisa e leituras de artigos, produção das pautas e organização do roteiro, incluindo o

planejamento das viagens a capital, tendo em vista que morando no interior, mais precisamente no município de São Luís do Quitunde, a 55km de Maceió, seriam necessárias algumas idas e dormidas na casa de amigos para que os encontros com as fontes, visitas aos locais e todo trabalho de pesquisa de campo, acontecessem da melhor forma possível.

Para facilitar essas viagens até a capital, foi preciso que as entrevistas, visitas aos locais e a definição das gravações das imagens, fossem sempre agendas, quando possível, no mesmo dia ou em dias seguidos. Por isso, o trabalho se iniciava sempre no início da manhã e se encerrava no final da tarde. Tudo isso aconteceu de forma tranquila, pois contei com a grande ajuda do meu amigo e cinegrafista, Edvaldo Araújo e da minha amiga Regina França, que muito solícita me recebeu em sua casa.

Fui guiada por minhas anotações e um pequeno roteiro não muito detalhado, um erro que levou ao aprendizado de que para todo trabalho documental a organização de cada detalhe através de um roteiro, é indispensável para que nada passe por despercebido, principalmente caso haja a necessidade de alterações no trabalho.

Reuniões com a equipe envolvida no trabalho é muito importante, para que todos possam compreender os pensamentos e ideias do produtor e assim, ajuda-lo da melhor forma possível. Dessa forma, antes de colocar tudo em prática, essas reuniões não deixaram de fazer parte do processo de produção. É importante lembrar que o cinegrafista é as mãos e olhos do produtor, que deve acompanhá-lo na captura de imagens. A edição de todo material também precisa ser conduzida pelo idealizador do projeto.

O custo para a realização do documentário aqui citado foi baseado nos gastos com passagens de ônibus e táxi e alimentação, tendo em vista que o trabalho do cinegrafista e editores de imagens foi realizado sem custo algum.

Com a experiência de cada uma dessas etapas, com os resultados alcançados, com os desafios, com os erros e acertos, foi possível trilhar um caminho de aprendizagem e crescimento profissional bastante positivo.

## 5.5 Conteúdo

O conteúdo do documentário **Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda**, assim como definido pela linha editorial, baseia-se em assuntos que, embora abordados em trabalhos acadêmicos de diversas áreas ou com outras finalidades, teve como foco apresentar ao espectador de forma profunda a necessidade de apoiar a existência dessas IPLI.

Para Costa e Mercadante (2013), ao falar do cotidiano de uma IPLI, é necessário que o primeiro ponto a ser levantado seja a realidade do afastamento do sujeito asilado do mundo exterior. Quando um idoso deixa a sua própria casa, ele não está deixando somente os seus bens pessoais, mas está deixando também significados, histórias de uma vida inteira, o que produz efeitos no emocional do internado que precisa se adaptar a uma nova realidade, a uma nova vida.

E ao mesmo tempo em que o conteúdo deste documentário mostra ao público a importância da existência das instituições de longa permanência para idosos, ele também apresenta, através dos relatos dos idosos e de especialistas, que o lar em que se viveu por anos, a família e a história particular de cada residente, continuam vinculadas a sua nova realidade. O que acontece quando o espectador se depara com o trabalho aqui abordado é a abertura para uma nova visão, onde ele pode se colocar no lugar do residente e se perguntar se é em casa, sozinho ou ao lado de familiares, que esses idosos que moram em uma ILIP, realmente encontrariam uma vida digna e humana. Muitos idosos se encontram nessas Instituições porquê de fato foram abandonados por seus parentes, mas foi lá que eles começaram a ter uma qualidade de vida melhor.

Sabe-se hoje que existem muitas instituições particulares com assistência relativamente bem preparada para atender idosos, mas, mesmo assim, apresentam uma condição em que se articula a ideia de abandono à velhice. As instituições públicas, vinculadas ao Estado, e as que vivem de doações públicas e/ou privadas, lidam com uma realidade muito ligada à situação financeira, e um fator em comum implicado com a ideia de abandono. É essa ideia de abandono percebida pela população em geral, que faz com que as pessoas, ao falarem em asilo, abrigo ou casa de repouso, pensem em uma realidade bem distante delas, ainda que esta seja uma realidade que, a cada ano, se evidencia com mais destaque, fazendo prever que, em um futuro próximo, muito mais velhos estarão habitando tais moradas coletivas – as ILPIs. (COSTA; MERCADANTES, 2013, p. 215)

Dessa forma, o documentário aqui apresentado, busca desde o seu título até seus minutos finais, prender a atenção do espectador sobre de que forma esse assunto tão popular será a ele apresentado.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assimilar todo o processo que envolve a construção de um documentário é um desafio que precisa de bastante dedicação. E através da execução deste trabalho, foi possível evidenciar as peculiaridades e características que o tornaram como sendo a melhor proposta para o problema levantado.

Assim, sabendo que o documentário é uma das formas de manter viva a memória dos fatos, os resultados da elaboração deste projeto, foram alcançados. Através das pesquisas e de todo seu planejamento, o objetivo principal – a nova abordagem para um assunto tão comum, conseguiu ser estabelecida.

Ganham destaques sua durabilidade, sua segmentação e seu oferecimento do conteúdo de forma mais aprofundada como diferenciais. As etapas de um documentário, desde a criação do seu roteiro até sua produção, como a edição das imagens/falas e montagem das cenas, quando finalizado e entregue ao público, é uma missão cumprida por seu produtor e por toda equipe envolvida.

Antes de chegar a decisão de que o documentário seria o gênero jornalístico escolhido como ferramenta de conclusão de curso, outros gêneros foram listados, como monografia, reportagem e até assessoria, mas ao longo de todo esforço empregado nesse gênero, todo esse trabalho resultou em sentimento de dever cumprido. Cada etapa concluída gerou grandes aprendizados e interesse por toda bagagem carregada na criação de um documentário. Vê-lo ganhando forma traz um grande misto de emoção e orgulho, ao mesmo tempo em que a responsabilidade de entregar um bom trabalho faz com que o olhar esteja ainda mais atento a todos os detalhes que podem fazer dele um sucesso ou não.

Logo, pode-se afirmar que duas coisas atuam diretamente na produção de um bom documentário – a primeira são as técnicas ensinadas durante o curso unida a busca por novos conhecimentos que envolvem a área e a segunda é um olhar apurado na hora de coletar a história contada. E como profissional do jornalismo, dá vida ao documentário **Instituição de longa permanência para idosos: o outro lado da moeda**, foi uma grande oportunidade de usar os conceitos aprendidos, saindo da zona de conforto. Sair a campo, pensar, planejar, coordenar toda sua produção, foi um

grande momento para exercitar a comunicação visual, contando histórias não só por meio das palavras, mas de imagens e usando a própria fala das fontes para dar voz a suas histórias.

Portanto, pode-se concluir que a forma com que as instituições de longa permanência para idosos foram representadas neste documentário, pode o configurar como um grande potencial para prender a atenção do público, cumprindo ainda com seu papel em oferecer a sociedade mais que um conteúdo informativo, mas a oportunidade de novos pensamentos e um olhar mais humano para tantos idosos vistos como abandonados.

## 7. REFERÊNCIAS

ATHAIDE, F.; FREIRE, G. **Maus-tratos aos idosos**. 2016. Faculdade Joaquim Nabuco, Recife, 2016.

AZEVEDO, A. C. de O.; FERNANDES, R. M. Direito de informação jornalística e imprensa no estado democrático de direito. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 251-276, 2015. e-ISSN: 2526-0111.

BARROS. M. F.; VIEGAS, C. M de A. R. Abandono afetivo inverso: o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir. /UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n.3, p. 168-201, 2016.

BRAGA, R. **Escrevendo um Documentário** <sup>1</sup>. Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, SP.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Dados sobre o Envelhecimento no Brasil**. Secretaria de Direitos Humanos, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2015.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Institui o Estatuto do Idoso e normas correlatas. **Senado Federal**, v. 11, n. 3, p. 55, 2003.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235, Jan./ Jun., 2010.

CORRÊA, E. S. **O direito à informação e o dever de informar**. 2021. Tese de Livre-Docência - Universidade de São Paulo, 2001.

COSTA, M. C. N. S.; MERCADANTE, E. F. O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.16, n.2, p. 209-222, Mar., 2013. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567.

DIAS, R. F. Em Busca da Definição: mas afinal... o que é mesmo documentário? De Fernão Pessoa Ramos. **Revista de História e Estudos Culturais**. v. 6, n. 2, p. 1-11, Abr./ Maio./, Jun., 2009

GOMES, I.M. de A. M; MELO, C. T.V de; MORAIS, W. P. de. **O Documentário como Gênero Jornalístico Televisivo**. Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

GUERRA, M.; MATOS, M. Um novo olhar entre a realidade e a ficção: O documentário “Vinícius de Moraes” como construção criativa. IN: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9, 2013, Ouro Preto. p. 1-13.

IVANOFF, A. V.; SANTOS, M. D. dos. **O Balé de Sabrina – documentário: a história de uma bailarina cadeirante**. 2015. Monografia (Tecnólogo em Produção Audiovisual) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2001. p. 49-151.

MALEIRO, M. R. As instituições de longa permanência para idosos sob a perspectiva de um novo modelo. **Revista Jurídica ESMP**, São Paulo: v.9, p. 89-118, 2016.

MARCO, C. M.; MARCO, C. N. O dano moral por abandono afetivo do idoso: proteção a direitos fundamentais civis. In: Simpósio Internacional de Direito, 2, 2012. p. 35-47.

MARQUES, A. O processo de produção e a pauta jornalística: sistematizando características e práticas. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15, 2017, São Paulo. p. 1-17, 2017.

MELO, C. T. V de. O documentário como gênero audiovisual. **Comunicação & Informação**, v. 5, n. 1/2, p. 25-40, Jan./ Dez., 2002.

MIRANDA, M. D. de A. A pauta Jornalística se adapta aos novos tempos da Televisão Brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo. p. 1-15.

PENAFRIA, M. **O ponto de vista no filme documentário**. 2021. Universidade da Beira Interior.

SOARES, S. J. P. **Documentário e Roteiro de Cinema**: da pré-produção à pós-produção. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.